

B LETIM **CNM**

Publicação da Confederação Nacional de Municípios • outubro de 2014

CNM APONTA FORMAS DE ENFRENTAR A CRISE



Nesta edição:

- Prefeitos aderem a campanha internacional
- Municípios estão sem condições de investir
- Seca é problema em diversas regiões do País

Diálogo Municipalista

A crise e as formas de enfrentá-la são dis

Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte. Esses foram os quatro Estados que receberam o *Diálogo Municipalista*, entre os dias 13 e 17 de outubro. Os participantes, de prefeitos a secretários municipais, puderam conhecer os “Caminhos para enfrentar a crise”. Os eventos, promovidos pela Confederação Nacional de Municípios (CNM) em parceria com as entidades estaduais, abordaram temas que são tidos como desafios nas administrações municipais. O presidente Paulo Ziulkoski fez a abertura de todos os encontros com um verdadeiro diálogo, “uma conversa”, por meio da qual ele descreve toda a conjuntura política que envolve a crise e o que os gestores podem fazer para sair dela.

Além de debater formas de enfrentar este difícil período e governar bem, os gestores foram incentivados a convidar a população para o movimento em prol de um municipalismo mais forte. Ziulkoski explicou que o cidadão geralmente não conhece a estrutura de um Município, não sabe quais são os recursos e as atribuições do Ente, por isso, cobra aquilo que geralmente é dever dos Estados ou da União. “É preciso fazer com que eles conheçam a crise para ter o povo como aliado”, disse o presidente.

Em março deste ano, a Confederação promoveu

a campanha *Viva o seu Município*, que consistiu justamente em informar a população. Essa ação, de acordo com a CNM, deve ser mantida e reforçada. Foi o que decidiram os municipalistas em Alagoas. Durante o *Diálogo* em Barra de São Miguel, a Associação de Municípios Alagoanos (AMA) coordenou uma paralisação que ocorreu na semana seguinte ao evento. Eles fecharam as prefeituras, exceto os serviços básicos, e convocaram a imprensa para falar da atual situação dos Entes municipais. A crise no Estado preocupa os prefeitos, que relataram não ter dinheiro para pagar sequer o funcionalismo.

“Eu nunca atrasei, mas estou para fazer isso e sei de muitos que estão nessas condições. O prefeito nunca escolhe os servidores; se atrasou os salários, é porque também não consegue pagar os fornecedores, por isso, queremos chamar a atenção da população. Eles sabem apenas sobre os recursos que chegam, mas não entendem as obrigações”, conta o presidente da AMA e prefeito de Pão de Açúcar, Jorge Dantas. A crise, na avalia-



Ag. CNM

ção dele, “está se agravando” e debater alternativas contra ela é essencial. “Temos a oportunidade, junto com a CNM, de mudar isso e pressionar Brasília. O problema está lá no Congresso, onde as leis são aprovadas”.

A paralisação ocorreu em sinal de protesto contra o descaso do poder federal e do Parlamento com a crise financeira municipal. As reivindicações são por um novo Apoio Financeiro do governo federal e pela aprovação imediata de mais 1% do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), no Congresso Nacional, que para Dantas é apenas um paliativo. A grande mudança deve vir por meio do novo pacto federativo.

Enquanto não se tem uma solução definitiva, os prefeitos alagoanos lamentam a situação em que governam. “Meu desespero é total. Estou preocupada com o fechamento da folha. Temos de elencar prioridades, porque ninguém vai dar conta. A minha cidade é um monstro de problemas e isso não é uma realidade só minha. É de todo mundo. As dificuldades são as mesmas”, desabafa a prefeita de Arapiraca, Célia Rocha.

“Corte a folha e reavalie salários. Se não fosse isso, não conseguiria pagar as contas. Há crise no Nordeste, principalmente, porque nossa estrutura é muito aquém de Municípios de outras regiões”, analisa o prefeito de Penedo, Marcius Beltrão.



Ag. CNM

cutidas em quatro Estados nordestinos

“A folha está insustentável. Estou fazendo cortes radicais e devo ampliar. Todos passamos por crise. As prefeituras que dependem de repasses do governo federal estão agonizando”, conta o prefeito de União dos Palmares, Beto Baia. “A nossa função está restrita a pagar a folha. Como você vai afastar servidor da Saúde e da Educação? Temos de nos unir, acabar com o individualismo”, convida o prefeito de Quebrangulo, Manoel Tenório.

Municípios recebem novas atribuições e assumem programas defasados

Situação semelhante à de Alagoas vivem os administradores municipais pernambucanos, assegura o presidente da Associação de Municípios de Pernambuco (Amupe) e prefeito de Afogados da Ingazeira, José Patriota. Para ele, a crise é alimentada pela quantidade de atribuições que os Municípios recebem e são obrigados a sustentar. Patriota citou como exemplo os programas subfinanciados. De acordo com a CNM, existem mais de 390 deles. “São importantes, mas insustentáveis e defasados. Além disso, deixam a prefeitura vulnerável, sem condições de provê-los”, avalia o presidente da Amupe. Segundo ele, esse cenário é ainda mais complicado nos pequenos Municípios e se torna mais acentuado com a seca, o baixo investimento e os gastos ultrapassados com pessoal.

O *Diálogo Municipalista* em Pernambuco foi realizado em Gravatá, no interior pernambucano, e apresentou “subsídios que se somam aos que já conhecemos”, disse Patriota. De acordo com o presidente da Amupe, o desafio agora é melhorar a comunicação com a comunidade. “Não adianta lamentar entre nós se não informarmos a população sobre o funcionamento da máquina. Os Municípios viraram um ente de pressão, que absorve todas as demandas da população”.

Nos quatro Estados, Ziulkoski deu um conselho em comum a prefeitos, vice-pre-



Ag. CNM

feitos, secretários e demais agentes municipais. Disse que eles devem se “agarrar onde puderem para o final de mandato”, falou da relevância de se planejar a gestão e assegurou que este é o único caminho, “pois vivemos em uma Federação de ponta a cabeça”. Paulo Ziulkoski concorda com o presidente da Amupe e defende que as melhorias só virão a partir de uma reforma federativa.

“Vivemos um momento muito complicado. Estou no quarto mandato e este é o mais difícil”, lamentou o prefeito de Cumarú, Eduardo Tabosa. “Nós temos de nos reinventar todos os dias para aguentar”, lamenta o prefeito de Goiana, Fred Gadelha. “A gente tem de fazer mágica com tão poucos recursos. A situação da municipalidade é muito difícil, mas temos de enfrentar”, diz o prefeito de Gravatá, Bruno Martiniano, que lastimou o

quanto os Entes têm dependido de transferências do governo federal, como o FPM.

Acontece que o Fundo de Participação não é o principal problema, assegura o presidente da CNM. As dificuldades são resultado das inúmeras responsabilidades impostas pelo Congresso Nacional às prefeituras, cada vez mais frequentes e sem fonte de financiamento. Os gestores assumem tarefas que não são dever dos Municípios. Para Ziulkoski, o prefeito deve evitar isso. E novamente os programas federais são citados. “Vocês recebem R\$ 10 mil para o Saúde da Família, pagam os médicos com isso. E o enfermeiro, o técnico de enfermagem, o carro, o combustível e outros encargos? Onde é que vocês conseguem os outros R\$ 20 mil para custear isso? Então entendam porque estamos em crise”, alerta.



Ag. CNM

Diálogo Municipalista

Municípios sem condições de investir e à mercê de emendas

O presidente da Federação das Associações de Municípios da Paraíba (Famup), Tota Guedes, também faz críticas aos programas federais. “Eles são criados, jogados para os Municípios. O dinheiro não é nem metade do que é gasto, como o Samu [Serviço Móvel de Urgência]. Os Municípios é que bancam. Nessas condições, os investimentos ficam inviabilizados. A capacidade é zero. É tudo para a folha e para a manutenção. Então ficamos à mercê de emendas parlamentares burocráticas e demoradas, que quando chegam estão aquém do que é preciso para investir”, denuncia.

Promover um novo pacto federativo é o principal caminho, defende Tota. “Hoje participamos de 12,5% do bolo tributário. Buscamos que as receitas sejam distribuídas em igualdade, porque os Municípios recebem as maiores demandas. Da forma que vai, as prefeituras vão fechar”. Segundo ele, a crise na Paraíba não é diferente de nenhum lugar do País. A maioria dos Municípios paraibanos depende do Fundo de Participação dos Municípios, não têm receita própria e administram com os mesmos recursos de 2, 3 anos atrás. “Enquanto isso, tudo aumenta, alimentação, combustível e as obrigações também”, destaca.



Ag. CNM



Ag. CNM

Piso dos professores: a grande preocupação

Os programas subfinanciados e a dependência do FPM se somam a fatores como o piso dos professores, um dos temas mais discutidos no *Diálogo*. Em João Pessoa, os prefeitos paraibanos lamentam o fato de os recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) não serem o suficiente sequer para pagar o salário desses profissionais. “Eu complemento 60 mil e gasto 80% do Fundeb com os professores”, conta a prefeita de Borborema, Maria Paula Pereira. Outros vivem a mesma situação. Eles concordam com o pagamento do piso, mas dizem que isso atrapalha a manutenção de escolas, entre outras ações que deveriam ser feitas com o dinheiro do Fundeb.

Para 2015, o aumento do piso deverá ser de 13,01%, se forem

mantidos os atuais critérios de reajuste. O valor passará de R\$ 1.697,38 para R\$ 1.918,22, em janeiro, informou a CNM durante os eventos. “Da maneira como está não tem como cumprir a lei. E, se o prefeito não fizer, responde por improbidade administrativa”, explica Paulo Ziulkoski. Para o próximo ano, o novo reajuste poderá impactar negativamente nas contas municipais e agravar “uma das piores crises da história”.

Atualmente, existem mais de seis milhões de servidores nas prefeituras, a um gasto de aproximadamente R\$ 215 bilhões. Desse total, R\$ 55 bilhões correspondem aos custos com o magistério. Enquanto o reajuste do piso será de 13,01%, a previsão de aumento do FPM em 2015 está em torno de 7%, somente. “Todo o aumento que teremos do FPM no próximo ano será para pagar o magistério”.

Diálogo Municipalista

Cortem gastos e economizem, alerta Ziulkoski

O momento é crítico. “Vivemos em função de pagar os funcionários. Todos os setores estão prejudicados. Nós tiramos de uma área para complementar outra”, conta o prefeito de Severiano Melo, Dagoberto Cavalcante. “Se a gente administrar tecnicamente, certinho, só dá para o custeio. Ao trabalharmos com esses recursos, somos prefeitos apenas para pagar servidor e fornecedor. O remédio para viabilizar os Municípios é conseguir um novo pacto federativo”, aponta o prefeito potiguar de Serra Negra do Norte, Urbano Faria.

Quando os recursos são escassos, o corte de gastos é determinante. No Diálogo em Pipa, no Rio Grande do Norte, assim como em Alagoas, Pernambuco e Paraíba, o presidente da CNM aconselhou que os gestores revejam as atribuições e façam aquilo que é obrigação do Município prevista em lei ou na Constituição Federal. Para ele, até mesmo os Municípios mais ricos, se mal orientados, também sofrem com a crise. Os Municípios, além de reduzir gastos, devem economizar para não deixar dívidas para a administração futura. “Quando fiz o Novos Gestores, com foco no início de mandato, demos alguns alertas. Era terror ou verdade? Agora faltam dois anos para terminar o mandato. Vocês têm de fazer um fundo de reserva para se proteger”, disse Ziulkoski.

O presidente questionou por que os gestores transportam estudantes do governador, arcam com custos com a polícia, entre outras atribuições. “Esses são os problemas dos Municípios: aquilo que vocês têm assumido. Esses últimos oito meses de mandato serão os mais amargos que vão enfrentar. Pensem em vocês, não façam aquilo que não é obrigação do Município”, reforçou. A Confederação defende que os caminhos são simples. Existem meios de aumentar a arrecadação própria, como contraponto de tantas atribuições. Um exemplo é o Imposto Sobre Serviços (ISS), que muitas vezes não é cobrado. Outra recomendação é que os gestores revejam o sistema previdenciário.

Ziulkoski reconhece que, ao assumirem a prefeitura, os gestores queiram marcar o mandato com obras e melhorias à população. Contudo, ele pede cautela. Disse que, ao rever as contas e se planejar, os investimentos podem ser possíveis.



MELHORIAS SÃO CONQUISTADAS POR MEIO DO MOVIMENTO MUNICIPALISTA

Maiores do que as emendas parlamentares oferecidas em Brasília são as conquistas do movimento municipalista, assegura Paulo Ziulkoski. O resultado das constantes lutas assumidas pela CNM e associações estaduais era o tema que encerrava a palestra do presidente. Ele apresentou aos gestores um panorama com as conquistas mais relevantes e fez um apelo para que os gestores fortaleçam o municipalismo. “Se não somos nós, não conseguimos nada. Ninguém luta pelos Municípios, por isso, os prefeitos precisam se impor. As emendas não servem de nada quando os Municípios recebem constantemente obrigações sem a fonte de custeio. Cada vez que não vais a Brasília está enterrando sua administração”.

O total de conquistas desde 1997 chega a R\$ 274 bilhões para o Brasil. Mas conquistas futuras também foram mencionadas pelo presidente. “Os outros 1% do FPM que estamos tentando conquistar vão ajudar ainda mais. Não resolve, mas é um remédio para a crise”. Se a proposta que eleva o Fundo for aprovada no Plenário da Câmara e promulgada pelo Congresso, este aumento também será permanente. “No entanto, isso depende da presença de vocês em Brasília quando a Confederação chamar, ou da ajuda mesmo de longe, no próprio Município. Costumo dizer que a Confederação são vocês, não sou eu sozinho. Quanto mais o prefeito se impuser como chefe de um Ente da Federação, mais respeito vamos alcançar”, encerrou.

Mobilização

Emenda que prorroga o fim dos lixões é

O presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, tem defendido que a presença dos prefeitos no Congresso Nacional resulta em forças para o movimento e impulsiona as conquistas. Tem sido assim desde o início de 2014. Grupos de em média 150 gestores têm atendido às convocações e comparecido à Mobilização Permanente. Nos dias 7 e 8 de outubro, não foi diferente, e o resultado foi a aprovação da emenda que prevê mais quatro anos para que os governos municipais cumpram a Lei 12.305/2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Esta era uma das principais bandeiras apresentadas aos congressistas. A articulação da CNM fez com que, uma semana após a Mobilização, no dia 14 de outubro, a Medida Provisória 651/2014, com a emenda dos lixões, fosse aprovada no Plenário da Câmara. Com as alterações, a MP foi transformada no Projeto de Lei de Conversão (PLV) 15/2014 e seguiu para votação no Plenário do Senado. Portanto, os Municípios estão a um passo de conseguir a prorrogação. O PLV perde vigência no dia 6 de novembro.

“Pedimos mais tempo por causa da inviabilidade de execução da lei, não só pelo prazo, mas porque precisamos de ajuda técnica e financeira também. Vencemos um passo, agora fale com seu senador e peça a aprovação também no Senado. Depende de cada um de vocês”, destaca Ziulkoski.

A emenda aprovada no PLV foi elaborada pelo deputado Manoel Júnior (PMDB-PB) a pedido da Confederação. Ela altera dois artigos da chamada Lei dos lixões. Após ser incorporada à MP 651/2014, ela não foi acatada, mesmo a pedido da centena de prefeitos que estavam na Mobilização. Com a ajuda deles, a CNM, então, contou os deputados e conseguiu a leitura de uma errata pelo relator da MP, o deputado Newton Lima (PT-SP). A matéria foi aprovada pela Comissão Mista e foi enviada ao Plenário da Câmara.

No dia da votação, pela manhã, todas as emendas, inclusive a dos lixões, foram retiradas. O pleno votaria apenas o tema principal da Medida. Mais uma vez a CNM se articulou e conseguiu que as emendas voltassem à pauta. Agora, é esperar a decisão dos senadores.

Elevação do FPM

Além da emenda dos lixões, a Mobilização foi motivada por outras reivindicações. Uma delas: o aumento em 1% do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 426/2014 teve tramitação considerada rápida em comparação a outras PECs. E isso graças às frequentes mobilizações, ressalta Ziulkoski. No início de setembro, durante um desses encontros, foi aprovada pela Comissão Especial na Câmara dos Deputados. Agora, a luta é para pautá-la em Plenário, conseguir a aprovação

em dois turnos, para que seja, enfim, promulgada.

“Esta é uma questão consensuada. Não tem ninguém contra. É ter a oportunidade de votar. Mas temos de ficar em cima. Eu vejo possibilidade concreta de se conseguir isso. Fiz uma reunião com o presidente Henrique Eduardo Alves [PMDB-RN] e ele reforçou que tem interesse na matéria e vai apresentar a questão aos líderes na próxima reunião. Segundo ele, assim que for possível, a proposta será votada. Eu não tenho porque duvidar”, destaca Ziulkoski. O pedido da Confederação é para que prefeitos, vice-prefeitos e vereadores liguem para os deputados de cada Estado ou partido, falem da relevância da PEC e pressionem a aprovação em Plenário.



Reajuste do piso

Neste momento de crise nas finanças municipais, mais recursos oriundos do FPM têm extrema importância, garantem a maioria dos gestores que participam das mobilizações. No entanto, os administradores municipais querem resolver outra questão. O critério de reajuste do piso dos professores também foi uma das bandeiras nos dias 7 e 8. Os critérios adotados atualmente são “irreais”, segundo avaliação da CNM e precisam ser mudados. Há anos, a entidade pede a aprovação do Projeto de Lei (PL) 3.776/2008. Esta proposição indica o Índice de Preços ao Consumidor (INPC) para ser a nova base de cálculo do aumento anual

de salário dos profissionais do magistério.

O PL 3.776 passou pelo aval dos senadores e iniciou tramitação na Câmara de Deputados com decisão terminativa nas comissões. No entanto, um grupo liderado pela deputada Fátima Bezerra (PT-RN) assinou recurso para que o projeto fosse votado em Plenário, o que atrasou o envio da matéria à sanção presidencial. Atualmente, esse recurso aguarda deliberação da Mesa Diretora da Câmara, e o projeto está na pauta do Plenário. Durante a Mobilização, o presidente da CNM explicou que há dois caminhos: um é os prefeitos procurarem os deputados (ele listou o nome de cada um deles) e pedirem que eles apresentem requerimento como forma de desistência do

aprovada na Câmara após Mobilização



Ag. CNM

recurso. Outra alternativa é trabalhar pela votação imediata da proposta pelo pleno da Casa.

Em resumo, a tarefa dos gestores municipais são as seguintes, esclarece Paulo Ziulkoski: "tivemos quase 90 dias parados [por causa das eleições]. Agora temos de nos atentar para a prorrogação da lei dos lixões, encaminhar o final da votação do FPM, retomar as forças por novo reajuste do piso e tentar encaminhar a decisão dos *royalties*, mas isso é no Supremo Tribunal Federal". Para o presidente, a simples presença dos gestores chama a atenção dos congressistas. Dessa forma, essas e outras bandeiras do movimento têm grandes chances de serem alcançadas. Acompanhem detalhes das mobilizações, datas, históricos e notícias pelo *hotsite* www.mobilizacao.cnm.org.br.



Ag. CNM

Diálogo Municipalista

O Nordeste tem um agravante: a seca

Antes do Nordeste, o *Diálogo Municipalista* deste ano passou por Rondônia, Mato Grosso e Rio Grande do Sul. A crise é sentida e constatada em todos os Estados, mas no Nordeste há uma peculiaridade: a seca. Em muitos Municípios, não chove há mais de um ano, relatam os gestores. Falta água para o consumo humano, para os animais e plantações. É preciso muito dinheiro para novos poços artesianos, para retirar o sal da água (que geralmente sai dos poços salgada), entre outras ações.

Os depoimentos de um problema constante fizeram com que, em 2013, os líderes municipalistas da região instituíssem um grupo de trabalho. Após algumas articulações, eles conseguiram ajuda financeira para amenizar os efeitos da severa estiagem e ajudar a população. No entanto, em 2014, por conta do período eleitoral, esse grupo não se reuniu outras vezes. Para reorganizá-lo e ten-

tar novas conquistas, a Associação de Municípios de Pernambuco (Amupe) acompanhou o *Diálogo* nos outros Estados, além de Pernambuco, para falar da importância de unir novamente as lideranças nordestinas.

O prefeito de Cumarú (PE) e tesoureiro da Amupe, Eduardo Tabosa, falou sobre a necessidade de buscar políticas públicas permanentes para conviver com a seca. "O problema é recorrente e faz parte do Nordeste. Não se deve buscar resolver a seca, e sim conviver com ela sem prejuízos ao cidadão. Nós queremos ser não somente expectadores, mas os executores das políticas públicas. Desde o ano passado, com o grupo, caminhamos um pouco e queremos reiniciar este trabalho".

Tabosa destacou que a Confederação Nacio-



nal de Municípios (CNM) oferece um apoio decisivo. "Assim, vamos tentar negociar com o próximo governo. Conversar sobre esse tema tão importante. A ajuda é relevante porque o prefeito sozinho não consegue". A CNM vai contactar os prefeitos do Nordeste e todas as associações municipalistas dos nove Estados da região para tornar o grupo mais forte e em frequente trabalho.

Diálogo Municipalista

Prefeitos aderem a campanhas internacionais

Os participantes do *Diálogo Municipalista* no Nordeste buscaram ajuda para enfrentar a crise, mas também puderam ajudar em duas campanhas internacionais. Eles foram convidados a contribuir para a elaboração de um documento que mostra a visão dos governos locais sobre as mudanças climáticas. Além disso, tiraram fotografias com os cartazes em sinal de apoio à inclusão do desenvolvimento urbano como item dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Ao se credenciarem, os gestores recebiam um questionário que será usado como base para discutir um acordo internacional de mudanças climáticas. Eles respondem, por exemplo, se passaram por alguma calamidade e como a enfrentaram. Os organizadores querem saber também se os Municípios possuem ou não políticas de combate às mudanças do clima. A iniciativa é da Organização Mundial de Cidades e Governos Locais (CGLU) e da Federação



Latino-americana de Cidades, Municípios e Associações (Flacma). O objetivo é "fazer ser ouvida a voz dos Municípios brasileiros" nas negociações internacionais. Os resultados devem ser levados à Conferência das Partes das Nações Unidas sobre o Clima (COP 20), marcada para dezembro, no Peru.

A campanha de *Selfies* também é da CGLU, e a Confederação Nacional de Municípios (CNM) a levou ao conhecimento dos prefeitos. Eles imediatamente concordaram com a causa, que consiste em tirar uma fotografia com o cartaz "Eu apoio #UrbanSDG". As fotos serão vinculadas nas mídias sociais da CNM e postadas em uma galeria no *site* da entidade. Os ODS vão estabelecer diretrizes e metas internacionais em âmbito mundial. Eles servirão para constituir uma nova agenda internacional de desenvolvimento e substituirão os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), que têm fim em 2015.

Diálogo Municipalista

Fortalecer Micro e Pequenas Empresas pode resultar em melhorias para os Municípios

O *Diálogo Municipalista* tem como parceiro o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). Durante os eventos no Nordeste, a entidade defendeu o quanto os governos municipais podem ser beneficiados com o fortalecimento das Micro e Pequenas Empresas (MPEs). Em palestras, foram abordados temas como a Lei Geral, a implantação do Simples Nacional (unificação dos impostos), os resultados dos agentes de desenvolvimento, a adoção da RedeSim e a legalização dos empreendimentos.

“Uma cidade com comércio forte tem mais emprego e renda e desenvolvimento fortalecido. Legalizar as Micro e Pequenas Empresas é uma janela para que os Municípios consigam aumentar a arrecadação local no momento em que discutem melhorias na gestão”, aconselha o representante do Sebrae em Alagoas, Luiz Henrique Cavalcante.

O Sebrae defende que os governos municipais incentivem os microempreendedores com objetivo de buscar a formalização. Alguns números foram apresentados pelos palestrantes: as MPEs correspondem a 99% das empresas brasileiras. Elas geram 52% dos empregos formais. São 7,6 milhões de

empresas urbanas e 4,1 milhões rurais. Contudo, ainda existem 8,5 milhões de MPEs informais. É esse cenário que deve mudar com a ajuda dos prefeitos.

De acordo com o Sebrae, a taxa de sobrevivência de pequenas empresas tem aumentado e muito em razão do apoio das prefeituras. Em relação aos Microempreendedores Individuais (MEIs), os resultados não são diferentes. Das 9,3 milhões de pequenas empresas, 4,4 milhões são MEIs. “Todo o destaque que pedimos que seja dado às Micro e Pequenas Empresas também estende-se aos Microempreendedores Individuais”, disse o representante do Sebrae de Pernambuco, Fernando Clímaco.

Trabalhar o Desenvolvimento Econômico pode ajudar no enfrentamento da crise. A capacitação e a nomeação de agentes de desenvolvimento, a promoção de fóruns municipais de MPEs, a regulamentação da Lei Geral, o apoio aos MEIs, da RedeSim, devem ser ações estimuladas pelas prefeituras. O Sebrae se colocou à disposição dos gestores que quiserem conhecer melhor os caminhos para o sucesso dos empreendimentos locais.

Convênio CNM Sebrae

“Maratona” mobiliza 101 projetos de 23 Estados

Uma centena de projetos — mais precisamente 101 —, procedentes de 23 das 27 unidades da Federação, está inscrita na Maratona de Negócios Públicos. Trata-se de um concurso de três dias que representa oportunidade de aprimoramento e, além disso, há chance de premiação. A maratona será de 18 a 20 de novembro, em Recife (PE). Organizada pelo Sebrae e pela Confederação Nacional de Municípios, visa a selecionar e a aprimorar projetos inovadores de agentes de desenvolvimento voltados a fortalecer os pequenos negócios e promover o desenvolvimento econômico local.

O Estado que mais enviou projetos foi São Paulo (9). Entre as regiões, a Nordeste se destaca com mais inscritos. Mais de um terço dos projetos: 37.

Os participantes selecionados serão submetidos a um programa intenso — por isso o nome de maratona —, incluindo módulos de capacitação, consultoria de especialistas e mentoria de especialistas em gestão pública municipal. O programa culmina em uma experiência de apresentação dos seis melhores projetos para uma banca de avaliadores qualificada, composta por representantes de instituições ligadas ao desenvolvimento econômico local.

Além da participação em todos os módulos de capacitação, mentoria, con-



sultoria e da oportunidade de apresentação para uma banca de avaliação qualificada, os três projetos vencedores terão acesso a um pacote de prêmios oferecidos pelos organizadores e parceiros, tais como:

- **1 laptop** para cada um dos 3 primeiros colocados;
- **Consultoria de até 60 horas** para implementação do projeto;
- **Prêmios em dinheiro:** R\$ 5 mil para o 1º colocado; R\$ 3 mil para o 2º; e R\$ 1 mil para o 3º.

Como explicou em *chat* o coordenador da Rede de Agentes de Desenvolvimento, Pedro Valadares, os participantes contarão com o apoio de um mentor, um profissional experiente que já trabalhou na administração pública municipal. “O papel do mentor é ajudar o participante a melhorar o projeto”, resume. “Além dos mentores, há os consultores, especialistas em temas específicos. Por exemplo, monitoramento e indicadores, captação de recurso, entre outros. O mentor vai encaminhar o participante para as consultorias, de acordo com as fragilidades que ele identificar no projeto. No final do segundo dia, os mentores vão escolher seis finalistas, que terão 15 minutos para apresentar seus projetos para uma banca avaliadora. Os três melhores serão premiados.”

Mobilidade Urbana

CNM orienta gestores sobre o

Desenvolver e implantar Planos Locais de Mobilidade, até o mês de abril de 2015, é uma das determinações da Lei 12.586/2012. Para a Confederação Nacional de Municípios (CNM), cumprir com a obrigatoriedade dentro do prazo estabelecido é um desafio para a maioria das prefeituras, e aqueles que não cumprirem ficarão impedidos de receber subsídios financeiros da União. Por esse motivo, por meio da área de Trânsito e Mobilidade, a entidade tem dedicado atenção especial ao tema e auxiliado os gestores municipais no entendimento desse marco legal.

Segundo esclarecimento da CNM, além de instituir as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana, a legislação sanou a necessidade histórica de consolidação de um instrumento que estabelecesse uma forma de crescimento das cidades para garantir a locomoção das pessoas. No entanto, a conhecida Lei de Mobilidade Urbana impõe enormes desafios aos Municípios, e sua eficácia dependerá da competência do Estado de fazer dela uma prioridade e de sensibilizar a sociedade para sua importância.

Em linhas gerais, a lei busca a integração entre os diferentes modos de transporte e a melhoria da acessibilidade e da mobilidade das pessoas e das cargas no território do Município. Ela define os modos e a classificação dos serviços de transporte e apresenta os itens de infraestrutura de mobilidade urbana e contemplam a integração com a política de desenvolvimento urbano e respectivas políti-

cas setoriais de habitação, saneamento básico, planejamento e gestão do uso do solo nos três níveis de governo. Entre os princípios da lei estão a busca pela acessibilidade universal e a equidade no acesso do cidadão ao transporte público coletivo.

As diretrizes de orientação da Política Nacional de Mobilidade Urbana contemplam a integração com a política de desenvolvimento



Fabio Rodrigues Pazzabom / ABR

urbano e respectivas políticas setoriais de habitação, saneamento básico, planejamento e gestão do uso do solo nos três níveis de governo. Também se destaca como diretriz a integração entre as cidades-gêmeas localizadas na faixa de fronteira com outros países sobre a linha divisória internacional. Também são apresentadas diretrizes para a regulação dos serviços de transporte público coletivo, os direitos dos usuários e as atribuições partilhadas da União, dos Estados e dos Municípios.

O que estabelece a Lei

A Lei estabelece parâmetros e instrumentos para a execução da política de mobilidade

urbana, pelos Municípios, de modo a promover o acesso universal à cidade e contribuir para o desenvolvimento urbano sustentável. Tais instrumentos visam à introdução de marco regulatório dos serviços de transportes públicos, pugnam pelo interesse dos usuários dos serviços de transporte coletivo, objetivam à consolidação da gestão democrática das políticas públicas e ao estabelecimento de um regime de colaboração entre os três níveis de governo nas ações de mobilidade urbana.

Com tais mecanismos, a Lei cria condições para a redução das desigualdades, a promoção da inclusão social e a promoção do acesso aos serviços básicos e equipamentos sociais. Além disso, busca proporcionar melhoria nas condições urbanas da população no que se refere à acessibilidade e à mobilidade e promover o desenvolvimento sustentável com a mitigação dos custos ambientais e socioeconômicos dos deslocamentos de pessoas e cargas nas cidades.

Entre os principais aspectos a serem observados com a nova lei estão o controle do crescimento dos Municípios quanto à mobilidade urbana; a ampliação do número de Municípios com obrigatoriedade de criar planos de mobilidade, hoje a partir de 20 mil habitantes – antes, pelo Estatuto das Cidades, a partir de 500 mil habitantes. Também a integração dos planos de mobilidade com os planos diretores; a valorização do transporte coletivo público e de veículos de propulsão humana em detrimento dos automóveis; e a possibilidade de destinação de recursos federais para os Municípios.

s Planos Locais de Mobilidade

CNM lamenta

No entanto, a CNM lamenta que a nova lei não tenha trazido uma definição clara e um comprometimento formal da União com relação à cobertura para execução dos projetos municipais. A lei permite que os Municípios usem novos tributos para desestimular o uso do automóvel, mas isso contrasta com os incentivos que a União dá à aquisição deles em face de um modelo econômico dependente das fábricas de automóveis. Além disso, 3.915 Municípios ficam fora do alcance da lei, por terem menos de 20 mil habitantes. Isso precisa ser avaliado, pois depois que os Municípios têm suas estruturas comprometidas fica difícil a reversão. Por fim, não se vê nenhuma atribuição de responsabilidades específicas aos órgãos rodoviários com relação às rodovias que cortam os perímetros urbanos. São lacunas a serem preenchidas.

Pela lei, os Municípios terão de implantar seus Planos de Mobilidade Urbana, constituindo-se em instrumento de efetivação da Política Nacional de Mobilidade Urbana. Eles deverão contemplar os princípios, os objetivos e as diretrizes da lei federal relacionados aos serviços de transporte público coletivo, circulação viária, infraestruturas do sistema de mobilidade urbana, acessibilidade para pessoas com deficiência e restrição de mobilidade e integração dos modos de transporte público e desses com os privados e os não motorizados. Também devem merecer destaque a operação e o disciplinamento do transporte de carga na infraestrutura viária, os polos geradores de viagens, as áreas de estacionamentos públicos e privados, gratuitos ou onerosos e as áreas e os horários de acesso e circulação restrita ou controlada. Por fim, os Municípios não poderão se descuidar de estabelecer mecanismos e instrumentos de financiamento do transporte público coletivo e da infraestrutura de mobilidade urbana e sistemática de avaliação, revisão e atualização periódica do Plano de Mobilidade Urbana em prazo não superior a dez anos.

Conforme a lei federal, em Municípios acima de 20 mil habitantes e em todos os demais obrigados, na forma da lei local, à elaboração do plano diretor, deverá ser elaborado o Plano de Mobilidade Urbana, integrado e compatível com os respectivos planos diretores ou neles inserido.



Wilson Dias / ABr

E, nos Municípios sem sistema de transporte público coletivo ou individual, o Plano de Mobilidade Urbana deverá ter o foco no transporte não motorizado e no planejamento da infraestrutura urbana destinada aos deslocamentos a pé e por bicicleta, de acordo com a legislação vigente.

Quanto aos prazos, o Plano de Mobilidade Urbana deverá ser integrado ao plano diretor municipal, existente ou em elaboração, no prazo máximo de três anos da vigência da lei federal, ou seja, em janeiro de 2015. No final desse prazo, aqueles que não adotarem a providência ficarão impedidos de receber recursos orçamentários federais destinados à mobilidade urbana até o atendimento da exigência. De ressaltar, ainda, que os Municípios devem fazer constar dos respectivos projetos de planos plurianuais e de leis de diretrizes orçamentárias as ações programáticas e instrumentos de apoio que serão utilizados, em cada período, para o aprimoramento dos sistemas de mobilidade urbana e melhoria da qualidade dos serviços.

Trânsito

Ultrapassar em local proibido custará ao infrator 900% a mais a partir de novembro

Na maioria das vezes, a faixa amarela na pista alerta para a proibição de ultrapassagem. As vias não oferecem condições, mas os motoristas, erroneamente, insistem na manobra. Esse erro é responsável por 5% dos acidentes nas rodovias em todo o País e motivo de 40% das mortes nas estradas. Especialistas perceberam que as penalidades aplicadas aos infratores não mudariam esse cenário. Contudo, isso deve mudar a partir do dia 1º de novembro deste ano. Nessa data, entra em vigor a Lei 12.971/2014, sancionada em maio, e que eleva consideravelmente o valor cobrado nas multas por ultrapassagem indevida.

Os motoristas que costumam cometer este tipo de infração devem se atentar ou sofrerão com multas altíssimas. O aumento chegou a 900% em alguns casos. Para aqueles que ultrapassarem em lugar proibido (sinalizado com a faixa contínua dupla de cor amarela), o valor passará de R\$ 191,54 para R\$ 957,70 – elevação de 400% – além de sete pontos na carteira. Muitos cometem o erro ao ultrapassar por meio do acostamento. Esse artifício também vai custar R\$ 957,70, ante os atuais R\$ 127,69 – aumento de 650%.

No caso de motoristas que forçarem a ultrapassagem, e com isso colocarem em risco a vida de outras pessoas, terão de pagar multa de R\$ 1.915,40. Esta foi a maior elevação – 900%, pois a pena atual é de R\$ 191,54. Aqueles que forem pegos ao disputar um “racha” (corridas não autorizadas e em locais indevidos) serão submetidos à multa de R\$ 1.915,40 contra os atuais R\$ 574,62 – aumento de 233%. Esse valor é o mesmo cobrado para os flagrantes da Lei Seca. E, na carteira de habilitação, mais sete pontos.



Casos reincidentes serão punidos com a proibição de dirigir, que valerá por até um ano. Se flagrados pelo mesmo erro num período menor que 12 meses, a multa pode ser aplicada em dobro. A decisão de punir os infratores com valores mais altos tem como objetivo reduzir a violência no trânsito brasileiro. De acordo com a Polícia Rodoviária Federal (PRF), só em 2012, 45 mil pessoas perderam a vida nas estradas. Algumas são culpadas pelo próprio acidente, outras são vítimas de motoristas inconsequentes, alertam os especialistas.